

PSCF nº 08/2020 - NUP nº 61985.000729/2020-96

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviços de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear (SN-BR), observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos.
- 1.2. As descrições dos cargos, atribuições e requisitos de grau de instrução exigidos dos empregados a serem alocados para execução dos serviços estão especificadas no Anexo A deste instrumento.
- 1.3. A estimativa total de empregados a serem alocados para execução dos serviços é de 10 (dez) profissionais, conforme requisitos apresentados no Anexo A deste instrumento, e sumariado nas seguintes quantidades:
 - 1.3.1. Engenheiro Sênior: 3 profissionais;
 - 1.3.2. Engenheiro Pleno: 6 profissionais; e
 - 1.3.3. Analista Pleno: 1 profissional.
- 1.4. O contrato adotará como regime de execução a empreitada por preço global, com prazo de vigência de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogados por interesse das partes até o limite de 60 meses, com base no artigo 71 da Lei 13.303/2016.
- 1.5. Será adotada a "conta-vinculada" como forma de pagamento diferida a fim de garantir os recursos para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da empresa CONTRATADA pela AMAZUL.
- 1.6. Será adotada a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2021, NÚMERO DE NO MTE: SP000793/2020, DATA DE REGISTRO NO MTE: 07/02/2020, NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001064/2020, NÚMERO DO PROCESSO: 46219.000253/2020-81, DATA DO PROTOCOLO: 13/01/2020.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: "Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR", observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos". NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020

Elaborador	Requisitante

2. DEFINIÇÕES E SIGLAS

2.1. Para perfeito entendimento deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições e siglas:

- 2.1.1. ACT – Acordo Coletivo de Trabalho;
- 2.1.2. AMAZUL – Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.;
- 2.1.3. AMFE – Análise de Modos de Falhas e Efeitos;
- 2.1.4. APP – Análise de Probabilidade e Perigos;
- 2.1.5. CAD – Computer-Aided Design;
- 2.1.6. CADD5 – Software CAD da empresa PTC;
- 2.1.7. CAESAR – Software de simulação de tensões da empresa HEXAGON;
- 2.1.8. CCT – Convenção Coletiva de Trabalho;
- 2.1.9. CINA – Centro Industrial Nuclear de Aramar;
- 2.1.10. CITL – Custos Indiretos, Tributos e Lucro;
- 2.1.11. CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;
- 2.1.12. CONTRATADA – empresa licitante vencedora do processo licitatório que firmar contrato com a AMAZUL;
- 2.1.13. CONTRATANTE – Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A – AMAZUL que irá firmar o contrato;
- 2.1.14. Conta-Depósito Vinculada – conta aberta pela CONTRATADA em instituição financeira destinada exclusivamente para depósito de parte dos valores mensais devidos pelos serviços executados, correspondente às férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados, com movimentação condicionada à autorização do CONTRATANTE, conforme previsto na letra “b” do inciso V do artigo 8º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
- 2.1.15. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 2.1.16. COS – Construction Order Specification;
- 2.1.17. CPLC – Câmara Permanente de Licitações e Contratos da AGU;
- 2.1.18. CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- 2.1.19. CRF – Certificado de Regularidade Fiscal;
- 2.1.20. CTP – Corpo Técnico de Projetos;
- 2.1.21. CTMSP – Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo;
- 2.1.22. DCT – Dissídio Coletivo de Trabalho;
- 2.1.23. DDNM – Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha;
- 2.1.24. DDNM-30 – Superintendência para Obtenção da Propulsão Nuclear do SN-BR da Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha;
- 2.1.25. DAU – Dívida Ativa da União;
- 2.1.26. EMPREGADOS: profissionais da CONTRATADA alocados para a execução dos serviços;
- 2.1.27. FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- 2.1.28. Fiscalização administrativa – é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
- 2.1.29. Fiscalização Setorial – é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;
- 2.1.30. Fiscalização Técnica – é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 2.1.31. Gestão da Execução do Contrato – é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
- 2.1.32. HAZOP – *hazard and operability study*;
- 2.1.33. HVAC – *Heating, Ventilation and Air Conditioning*;
- 2.1.34. IN – Instrução Normativa;
- 2.1.35. INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;
- 2.1.36. IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
- 2.1.37. IVV – Integração, Verificação e Validação;
- 2.1.38. LC - Lei Complementar;
- 2.1.39. MBA – Master of Business Administration;
- 2.1.40. MP – Medida Provisória;
- 2.1.41. NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A;
- 2.1.42. PAR – Processo Administrativo de Responsabilização;
- 2.1.43. PIPESTRESS – Software da empresa DST Computer Services S/A;
- 2.1.44. PMP – Project Management Professional;
- 2.1.45. PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear;
- 2.1.46. RELAP – Software de simulação nuclear desenvolvido pelo Laboratório Nacional de IDAHO;
- 2.1.47. REQUISITANTE TÉCNICO – Empregado designado pela CONTRATANTE, responsável pela elaboração da especificação técnica dos serviços.
- 2.1.48. SEGES – Secretaria de Gestão;
- 2.1.49. SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

2.1.50. SLTI – Secretária de Logística e Tecnologia da Informação;

2.1.51. SN-BR – Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear;

2.1.52. TR – Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Devido à complexidade que envolve o desenvolvimento de um submarino com propulsão nuclear, o projeto do SN-BR é dividido em projeto conceitual, projeto básico e projeto detalhado. Atualmente, o projeto do SN-BR está realizando um segundo loop de projeto básico visando a integração dos sistemas. Este segundo loop de projeto básico é também chamado de fase de integração.

3.2. A fase de integração envolve a realização de uma grande quantidade de estudos técnicos e a produção de documentos de engenharia que, em conjunto, caracterizam o projeto básico do SN-BR como um todo. Estes estudos e documentos demandam profissionais de várias áreas de conhecimento e em quantidade que extrapolam a tabela de lotação da DDNM.

3.3. Frente a esta necessidade, foi definido pela alta administração do PROSUB que 10 (dez) profissionais serão obtidos por meio de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio técnico de engenharia. Tal estratégia está alinhada com os objetivos do Governo e da Marinha do Brasil em diminuir os gastos com pessoal dos quadros permanentes, e favorece a captação temporária de pessoal com expertise diferenciada diretamente do mercado.

3.4. Portanto, considerada a necessidade apontada pela DDNM, será realizada a contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR, onde os cargos, o local de trabalho e as quantidades de cada um estão descritos no Anexo A deste Termo de Referência.

3.5. As atividades a serem desenvolvidas por estes 10 (dez) profissionais constituem serviço de apoio técnico ao corpo técnico da DDNM no cumprimento de sua missão de desenvolvimento de um submarino convencional com propulsão nuclear. Nota-se que a contratação aqui colocada tem caráter de prestação de meio, de proporcionar o

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

aumento da força de trabalho conjunta, possibilitando que a equipe de projetos e esses profissionais futuramente contratados alcancem tempestivamente os resultados esperados. Tendo em vista o caráter dinâmico da produção de documentos, não seria possível efetuar uma delimitação de objeto precisa para que a contratação fosse realizada como um serviço de escopo. As diferentes interfaces da etapa de projeto também demandam trabalhos difusos desses profissionais, tornando a descrição de atividades a serem medidas potencialmente imprecisa.

3.6. O objeto não será parcelado dada a sua característica pois não é economicamente e operacionalmente recomendável a execução do serviço por empresas diferentes. Não caracteriza cerceamento de competitividade a realização de uma só licitação com objetos múltiplos, se comprovado que o parcelamento implicaria perda de eficiência e prejuízo técnico à Administração. Acórdão TCU nº 3041/2008. Depreende-se, portanto, que a divisão do objeto deverá ser implementada sempre que houver viabilidade técnica e econômica para a sua adoção. Nesse ponto, calha trazer à baila o escólio de Marçal Justen Filho: "O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Portanto, é imprescindível que ocorra a contratação de uma única empresa para executar o objeto no todo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. A descrição da solução abrange a prestação dos serviços de apoio técnico de engenharia pela CONTRATADA, a ser executado mediante alocação de empregados, sendo observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente as descrições dos cargos, as atribuições e os requisitos grau de instrução, descritos no Anexo A do referido documento.
- 4.2. O Anexo A deste Termo de Referência, discrimina os cargos necessários para desenvolvimento das atividades dos serviços, detalhando as suas atribuições e os requisitos (grau de instrução, jornada de trabalho, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes) exigidos dos profissionais a serem alocados na

PSCF nº 08/2020 – Objeto: "Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR", observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos". NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

execução dos serviços, servindo como guia para a empresa contratada nos seus processos de recrutamento, seleção e contratação.

4.3. A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências do CTMSP, localizado na Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2468, Cidade Universitária – Butantã – CEP: 05508-000 – São Paulo/SP, bem como nos locais indicados pela CONTRATANTE, observadas as exigências e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente as referentes ao cumprimento dos requisitos dos cargos especificados, jornada e horários de trabalho, acesso à sistemas informatizados, normas e regras da CONTRATANTE.

4.4. A solução pretendida deverá abranger o preenchimento de cargos necessários a execução das atividades no âmbito do PROSUB, em caráter de apoio ao corpo técnico da DDNM, visando garantir como objetivo primário a realização de estudos técnicos e a produção de documentos de engenharia que em conjunto caracterizarão o projeto básico do SN-BR, e como objetivos secundários, busca-se a(o):

4.4.1. Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, da força de trabalho aplicada tanto na gestão quanto na fiscalização de contratos.

4.4.2. Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

4.4.3. Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição.

4.4.4. Garantir a boa execução dos serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.

4.4.5. Auxiliar no cumprimento do cronograma do PROSUB para a fase de integração do projeto do SN-BR.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, com especificações para a sua execução definidas neste TR, seguindo padrões usuais do mercado e utilizados pela Administração Pública Federal, e visa atender às necessidades da DDNM, assegurando o funcionamento das suas atividades finalísticas e o cumprimento de

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

suas missões institucionais, com execução realizada mediante alocação, pela CONTRATADA, de empregados em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante procedimento licitatório, em sua forma eletrônica, conforme Lei nº 13.303/2016.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, artigo 4º inciso I e II.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação do objeto deste TR deve considerar os seguintes requisitos básicos:

6.1.1. As exigências e os critérios de regularidade fiscal, de habilitação jurídica e de qualificação econômico-financeira da empresa a ser contratada são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinará o edital da licitação.

6.1.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela empresa a ser contratada, observadas as disposições dos subitens 10.6 a 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 5, de 2017, são os seguintes:

6.1.2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio técnico de engenharia na área de desenvolvimento, ou apoio técnico ao desenvolvimento, de sistemas complexos nos setores nuclear, aeroespacial, petroquímico ou de defesa, com experiência comprovada de, no mínimo, 3 anos na execução de serviços iguais ou semelhantes aos do objeto da licitação;

6.1.2.2. Execução de serviços iguais ou semelhantes aos do objeto da licitação que exigem ou exigiram, num determinado momento, a alocação de pelo menos 50% da quantidade de empregados estimada neste documento.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 6.1.3. Alocação, pela empresa contratada, de empregados para execução dos serviços observando os cargos descritos no Anexo A do Termo de Referência, consideradas as suas respectivas atribuições e requisitos;
- 6.1.4. Disponibilização, pela CONTRATADA, de dispositivo automatizado de registros de horas, nas dependências do CTMSP, e, em sendo possível, nos demais locais de prestação dos serviços, para controle da jornada de trabalho de seus empregados.
- 6.1.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar um sistema de controle de frequência para aprovação do CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- 6.1.4.2. Esse controle deverá ser preferencialmente automatizado nos casos e locais onde isso é permitido; nos casos inviáveis, poderá ser substituído por controle manual.
- 6.1.4.3. A CONTRATADA deverá enviar relatórios mensais do(s) dispositivo(s) para o fiscal administrativo/técnico/gestor do contrato.
- 6.1.4.4. A CONTRATANTE será a responsável pela obtenção das autorizações necessárias para a instalação deste(s) equipamento(s) e eventuais manutenções do(s) mesmo(s).
- 6.1.4.5. A CONTRATANTE deverá acompanhar a(s) instalação(ões) e eventuais manutenções do(s) equipamento(s) junto à CONTRATADA.
- 6.1.5. Declaração da CONTRATADA de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.
- 6.1.6. Enquadramento das categorias profissionais dos empregados de acordo com a CBO, aprovada pela Portaria nº 397 do MTE, de 09 de outubro de 2002, na forma especificada no Anexo A do Termo de Referência.
- 6.1.7. Será exigida garantia de execução contratual e abertura de conta vinculada nas formas e condições expressas no Termo de Referência, que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;

Elaborador	Requisitante

- 6.1.8. Vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;
- 6.1.9. O critério de julgamento da proposta será o do menor preço global. O valor máximo que será aceito pela Administração é de R\$ 9.791.835,56 (nove milhões e setecentos e noventa e um mil e oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) para o prazo de 30 (trinta) meses de execução contratual.
- 6.2. O CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado do entendimento do PARECER nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.
- 6.3. Considerando as atividades relacionadas aos Serviços de Apoio Técnico em Engenharia com mão de obra com dedicação exclusiva é indicada a duração inicial de 30 meses para o contrato a ser firmado, tendo em vista que tal medida racionaliza o processo de gestão contratual e reduz os custos.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto será realizada mediante alocação de empregados da CONTRATADA para desenvolvimento dos serviços de apoio técnico de engenharia no CTMSP, ou nos locais indicados nos itens 4.3 e 7.9, no estado de São Paulo, observadas as disposições estabelecidas neste TR, especialmente as indicadas no Anexos A, que tratam da descrição, atribuições e requisitos dos cargos necessários.
- 7.2. A CONTRATANTE deverá solicitar à CONTRATADA a disponibilização dos empregados com 15 (quinze) dias úteis de antecedência, podendo esse prazo ser prorrogado, por meio de pedido escrito e aprovado por ambas as partes.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

7.3. A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, para fins de análise e aprovação, a documentação e o currículo do empregado indicado para preenchimento do cargo.

7.4. Os empregados da CONTRATADA deverão cumprir jornada de trabalho semanal de 40 (quarenta) horas, no período de segunda-feira a sexta-feira, observadas a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto, observadas as disposições da Convenção Coletiva (item 1.6).

7.4.1. É vedada a realização de horas extras.

7.4.1.1. A excepcional realização de horas extras pelos empregados da CONTRATADA, somente será permitida mediante prévio acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, sempre de acordo com a CCT vigente, e serão sempre compensadas no mês seguinte ao de sua realização, sendo vedada a sua remuneração.

7.5. Qualquer substituição de empregado deverá ser comunicada e aprovada pela CONTRATANTE.

7.6. A CONTRATADA deverá atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, nos casos em que ficarem constatados descumprimentos relativos à execução dos serviços, conforme descrito neste Termo de Referência.

7.7. Visando minimizar os impactos na prestação dos serviços especificados neste TR, a CONTRATADA deverá planejar as férias dos empregados, sempre que possível, no período compreendido entre as duas últimas semanas do mês de dezembro e as duas primeiras semanas do mês de janeiro, ou em outro período mediante acordo estabelecido com a CONTRATANTE.

7.8. Quando indicado e solicitado pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, partes dos serviços poderão ser executados (deslocamento momentâneo para participar de visitas técnicas, gerenciais e reuniões) em localidades diferentes das citadas no item anterior, conforme abaixo:

7.8.1. Nas dependências do Centro Industrial Nuclear de Aramar – CINA, localizado na Estrada Vicinal Sorocaba-Iperó, Km 12,5, Iperó-SP;

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 7.8.2. Nas dependências do Complexo Naval de Itaguaí e da Empresa Nuclebrás Equipamentos Pesados – NUCLEP, localizada na Av. Gal. Euclydes de Oliveira Figueiredo 200, Av. Brisamar, Itaguaí - RJ;
- 7.8.3. Nas dependências de prestadores de serviços ou fornecedores de itens para o SN-BR.

8. VIAGENS

- 8.1. A CONTRATANTE designará um responsável, e substituto eventual, pelas autorizações das viagens, preferencialmente o Requisitante ou o Gestor do Contrato.
- 8.2. O Fiscal Administrativo de posse dessas autorizações será o responsável pelos entendimentos com a CONTRATADA para operacionalizar as viagens, com a emissão de passagens, diárias, numerário em conta corrente, controle de utilização, recibos, nota fiscais e todos os demais procedimentos necessários para sua consumação.
- 8.3. A CONTRATANTE deverá, em até 07 (sete) dias úteis após assinatura do contrato, disponibilizar à CONTRATADA, relação contendo as seguintes informações: fiscal administrativo responsável e autorizado a solicitar serviços por e-mail ou telefone: Nome; E-mail a partir do qual serão originadas as solicitações; Matrícula na AMAZUL; Área/Cargo/Função; CPF.
- 8.4. A exatidão do período da viagem será atribuição do responsável da CONTRATANTE e do empregado designado para autorizar as viagens dos empregados.
- 8.5. De posse da autorização conforme item 8.1, o Fiscal Administrativo designado conforme item 8.2 deverá solicitar as viagens à CONTRATADA, por intermédio do seu PREPOSTO, com antecedência mínima de 05 (dias) úteis.
- 8.6. O empregado receberá os bilhetes de passagens aéreas e o valor referente ao deslocamento e às diárias e alimentação até 2 (dois) dias úteis antes da viagem.
- 8.7. As viagens são compostas por:

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

8.7.1. Diárias – direito pecuniário devido ao beneficiário que se afastar de sua base de trabalho para outro ponto do território, destinado a cobrir as correspondentes despesas com hospedagem, alimentação e deslocamentos;

8.7.1.1. As diárias serão devidas somente aos empregados que tenham que se afastar de São Paulo para Rio de Janeiro/Itaguaí e de Rio de Janeiro/Itaguaí para São Paulo.

8.7.1.2. A diária será devida para cada dia de afastamento, conforme se segue:

8.7.1.3. Pelo valor integral, quando ocorrer o pernoite fora da base de trabalho;

8.7.1.4. Pela metade do valor quando o afastamento for superior a oito horas e não exigir pernoite fora da base de trabalho ou quando for fornecida hospedagem por instituição pública ou privada, sem ônus para o empregado;

8.7.1.5. Não serão pagas diárias referentes a finais de semana e feriados, no início ou término da viagem.

8.7.1.6. A contratada, eventualmente, poderá pagar diária referente ao final de semana e feriado, inserido ao longo da duração da viagem, se o custo correspondente for inferior ou não compensar o deslocamento do local da viagem X base X local da viagem, desde que previamente comprovado e autorizado pela CONTRATANTE;

8.7.1.7. O reajuste/repactuação referente às despesas com viagens, estão contemplados no item 18.

8.7.2. Bilhetes de passagens aéreas.

8.7.2.1. A CONTRATANTE ressarcirá os custos das viagens conforme item 8.10 deste TR.

8.7.2.2. Os bilhetes serão somente para o percurso São Paulo/Rio de Janeiro e Rio de Janeiro/São Paulo.

8.7.2.3. O bilhete de passagem é o documento formal que dá direito a passagem.

Elaborador	Requisitante

8.7.2.4. Os bilhetes de passagens deverão ser adquiridos pelo preço de mercado da ocasião sempre na classe econômica, com direito a uma bagagem de mão e uma bagagem embarcada, taxa de embarque, pela companhia aérea que apresentar o menor custo da passagem, priorizando o horário indicado na requisição de diária e passagem.

8.7.2.5. A comprovação do preço dos bilhetes de passagens dar-se-á por meio da apresentação de 3 (três) ou mais cotações de preços pela CONTRATADA.

8.7.2.6. Os bilhetes de passagens emitidos serão enviados para a CONTRATANTE, pela CONTRATADA, nos endereços eletrônicos informados prévia e formalmente.

8.7.2.7. O empregado deverá apresentar o bilhete de passagem quando do retorno da viagem ao Fiscal Administrativo para conferência e controle.

8.8. As despesas com deslocamentos, quando aplicáveis, cobrirão deslocamentos residência-aeroporto, aeroporto-local visitado, local visitado-aeroporto, aeroporto-residência, em táxi ou aplicativo de transporte.

8.9. O empregado deverá apresentar os recibos referentes aos deslocamentos ao fiscal administrativo que, após conferência, os enviará à CONTRATADA.

8.10. A CONTRATADA, deverá receber, por meio do Fiscal do Contrato, visando compor o processo de prestação de contas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de retorno à base de trabalho, o original ou segunda via do canhoto do cartão/bilhete de embarque (é permitida a utilização do recibo de passageiro, obtido quando da realização do "check-in" via internet, para fins de comprovação de viagem a serviço, por ter a mesma confiabilidade do cartão de embarque).

8.11. A autorização para uma nova viagem, de um mesmo empregado, somente será concedida após a prestação de contas de viagem anteriormente realizada.

8.12. Em caso de cancelamento da viagem, o requisitante que autorizou a mesma, por intermédio do Fiscal Administrativo, deverá entrar em contato, por escrito, com a CONTRATADA, no menor prazo possível para que a mesma tome as providências para

Elaborador	Requisitante

o cancelamento das passagens, reservas de acomodações e para o estorno de valores possivelmente já depositados na conta do empregado.

8.13. A CONTRATADA deverá gerar relatório mensal de todos os BILHETES DE PASSAGEM cancelados, alterados, não utilizados e/ou reembolsados.

8.13.1. O relatório deve ser apresentado acompanhado dos respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, contendo no mínimo: UNIDADE SOLICITANTE, dados do BILHETE DE PASSAGEM, nome do passageiro, origem/destino, data do voo, valor pago.

8.14. A CONTRATADA deverá repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas;

8.15. A CONTRATADA deverá enviar o material comprobatório para a CONTRATANTE mensalmente, na mesma ocasião do envio da nota fiscal de serviços.

8.16. Para fins de planejamento e formulação de preço do serviço a ser prestado, a CONTRATADA deverá considerar 35 viagens para profissionais seniores entre as cidades de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, para missões de até 05 (cinco) dias úteis no destino, incluindo custos de passagem aérea, deslocamentos, alimentação e hospedagem, no período de 30 (trinta) meses estimados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Passagem aérea ida e volta	1.858,07
2	Deslocamento urbano	592,00
3	Diária	1.360,33
	VALOR TOTAL	3.810,40
	VALOR TOTAL PARA 35 VIAGENS DURANTE OS 30 MESES	133.364,00

8.16.1. A estimativa de custo por profissional da CONTRATADA indicada na tabela acima foi obtida pela CONTRATANTE por meio de pesquisa de mercado em sítios eletrônicos especializados, bem como consulta aos preços públicos praticados pela Administração.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

8.16.2. O custo estimado de viagem por empregado da CONTRATADA inclui passagens aéreas de ida e volta, bem como diárias para o custeio do deslocamento urbano, hospedagem e alimentação.

8.16.3. O custo da diária é fixo e não poderá ser alterado pela CONTRATANTE.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. A gestão e a fiscalização contratual serão realizadas pelo Gestor do Contrato, auxiliado pelo Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Setorial, sendo estas funções executadas por profissionais capacitados para o exercício dessas atividades e designados pelas autoridades competentes da CONTRATANTE.

9.2. As comunicações entre o Gestor do Contrato e o preposto indicado pela CONTRATADA serão sempre por escrito, preferencialmente por meio de correio eletrônico, com a utilização de endereços de e-mail indicados na data de assinatura do contrato.

9.3. A prestação dos serviços será avaliada de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, Termo de Referência e anexos.

9.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, por equipe de fiscalização ou por um único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.5. O Gestor do Contrato, auxiliado pelo Fiscal Técnico, deverá periodicamente avaliar a efetiva execução dos serviços e, observadas as disposições contratuais estabelecidas, determinar as adequações necessárias a serem promovidas pela CONTRATADA.

9.6. A CONTRATADA, na data de assinatura do contrato, deverá indicar preposto para representá-la na execução contratual, com responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas e pelo relacionamento com a CONTRATANTE.

9.6.1. No caso de substituição do preposto, a CONTRATADA deverá comunicar o fato com 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 9.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.
- 9.8. O Fiscal Técnico deverá fiscalizar a execução dos serviços, verificando a compatibilidade e o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA com registro das suas observações em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.
- 9.9. O Fiscal Administrativo deverá fiscalizar os aspectos administrativos da execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com registro das suas observações em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato. A fiscalização administrativa será realizada pelo Fiscal Administrativo verificando a regularidade fiscal da contratada e, com base em critérios estatísticos, o cumprimento de suas obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, relativas aos empregados, exigindo-se a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, conforme estabelecido no edital da licitação, facultada a verificação por meio do SICAF; e comprovações de pagamento de salários e benefícios e outros itens da planilha de custo.
- 9.9.1. O Fiscal Administrativo deverá enviar em prazos estabelecidos pelo Departamento Administrativos e Departamento Financeiro, a solicitação para eventual prorrogação, repactuação, reajuste, e outras alterações contratuais, bem como providências referentes a garantias, pagamentos, conta depósito vinculada, sanções administrativas e prazos de vigências, entre outros.
- 9.10. O Fiscal Setorial é responsável pela coordenação e supervisão dos serviços executados pela CONTRATADA, e deverão auxiliar o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo na fiscalização da execução dos serviços.
- 9.11. O Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo são responsáveis pelos aceites provisórios dos serviços executados e o Gestor do Contrato pelos aceites definitivos, mediante análise de relatórios a serem apresentados pelos responsáveis pela fiscalização técnica e administrativa.
- 9.12. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados.

9.13. O Gestor do Contrato, o Fiscal Técnico, o Fiscal Administrativo e o Fiscal Setorial deverão observar as disposições do Capítulo V e os Anexos VIII-A e VIII-B da IN SEGES nº 05/2017, no desenvolvimento de suas atividades, no que couber.

9.14. Em hipótese alguma, será admitido, que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação do serviço realizada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Comunicar os órgãos de fiscalização competentes quaisquer irregularidades relacionadas ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, de responsabilidade da CONTRATADA.

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.5. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.6. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste TR.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

10.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES nº 05, de 2017.

10.8. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

10.8.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados, devendo reportar-se somente ao preposto por ela indicado;

10.8.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA;

10.8.3. Promover ou aceitar o desvio de função de empregados, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual foi alocado;

10.8.4. Considerar os empregados como colaboradores eventuais do próprio CONTRATANTE, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.9. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.9.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.9.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.9.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.10. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.11. Fiscalizar mensalmente, o cumprimento pela CONTRATADA das suas obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, referentes aos empregados, especialmente:

10.11.1. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

- 10.11.2. A concessão de férias e o pagamento do respectivo adicional, bem como dos benefícios auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-saúde e outros, quando forem devidos;
- 10.11.3. O recolhimento das contribuições previdenciárias e sociais, inclusive FGTS;
- 10.11.4. O pagamento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 10.12. Fornecer à CONTRATADA, por escrito, as informações necessárias para a execução dos serviços objeto do contrato.
 - 10.12.1. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015.
- 10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho dos empregados, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde do trabalho.
- 10.16. Cientificar a Consultoria Jurídica para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações da CONTRATADA.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais especificadas neste Termo de Referência, Edital e demais anexos, e em sua proposta;

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;
- 11.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.7. Disponibilizar à Contratante os empregados identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 11.8. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 05/2017:
- 11.8.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 11.8.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- 11.8.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 11.8.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 11.8.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 11.9. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 11.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.12.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não

Elaborador	Requisitante

previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

- 11.12. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 11.13. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 11.13.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 11.14. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 11.15. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 11.16. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a

Elaborador	Requisitante

Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.17. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.17.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.17.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.17.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.18. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.19. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.20. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.20.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao

Elaborador	Requisitante

inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

- 11.20.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

- 11.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.23.1. Entregar o Termo de Sigilo e Confidencialidade – Anexo 2 do Termo de Contrato - assinado na ocasião da assinatura do Contrato.
- 11.24. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 11.25. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: "Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR", observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos". NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 11.25.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 11.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 81 da Lei nº 13.303/2016:
- 11.26.1. alteração do projeto ou especificações, pela Administração.
- 11.26.2. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.
- 11.26.3. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração.
- 11.26.4. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei.
- 11.26.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 11.26.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 11.27. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Elaborador	Requisitante

- 11.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 11.29. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.30. Promover a guarda, manutenção e vigilância de equipamentos e materiais, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.32. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.33. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência, Edital e demais anexos.
- 11.34. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.35. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.36. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.36.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

PSCF nº 08/2020 – Objeto: "Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR", observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos". NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 11.36.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 11.37.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 11.37.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 11.37.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 11.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 11.39. Indicar, na data de assinatura do contrato, preposto para representá-la junto ao CONTRATANTE, sendo incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões operacionais, técnicas, legais e administrativas do contrato.
- 11.40. Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 11.41. Instruir os empregados a respeito das atividades a serem desenvolvidas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo ser relatado à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.42. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em ACT, CCT e DCT que se refiram ao seu enquadramento sindical e abranjam a categoria dos empregados e por todas as obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE, ressaltando que não devem ser incluídas nas Planilhas de Custos e Formação de Preços, as disposições contidas nos documentos citados que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados aos serviços.
- 11.43. Garantir sigilo e inviolabilidade das informações obtidas por meio da prestação de serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais;
- 11.43.1. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.
- 11.44. A CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso, constante no Anexo 2 do contrato, com declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade em razão do trabalho vinculado ao contrato assinado.
- 11.45. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços, bem como por todo e qualquer dano causado à AMAZUL, independentemente do local onde o serviço está sendo prestado, devendo ressarcir o prejuízo imediatamente a AMAZUL, em sua integralidade, ficando o contratante autorizado a descontar, da garantia ou dos pagamentos mensais devidos, os valores correspondentes aos danos sofridos.

Elaborador	Requisitante

- 11.46. Substituir, às suas expensas, os empregados que, por exclusivo critério e julgamento da CONTRATANTE, não tiverem desempenho satisfatório no desenvolvimento das atividades a eles atribuídas.

12. SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- 13.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação;
- 13.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 13.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- 13.1.4. Haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados para tal.
- 14.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato,

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

14.4. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de

Elaborador	Requisitante

trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigirá-se, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

a.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.8. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "d" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7, "a" acima deverão ser apresentados.

14.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

14.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

Elaborador	Requisitante

- 14.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 14.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- 14.14.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
 - b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
 - c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
 - d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
 - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
 - f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- 14.14.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social,

14.14.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.15. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

14.15.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

Elaborador	Requisitante

14.16. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

14.16.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.17. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.18. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.19. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.20. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.21. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.22. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, no Edital e demais anexos.

14.23. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

14.24. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com

Elaborador	Requisitante

o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

14.25. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.25.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.25.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.25.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.26. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.27. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303 de 2016.

14.28. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com o exigido no Edital, TR e anexos;
- 15.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.3.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- 15.3.5. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 05(cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal/fatura referente ao serviço executado no mês anterior.

16.2. O valor do pagamento do serviço executado devido à CONTRATADA será apurado mensalmente conforme especificado neste TR.

16.3. A emissão da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA será precedida do recebimento definitivo do serviço pelo CONTRATANTE.

16.4. A nota fiscal/fatura será obrigatoriamente apresentada pela CONTRATADA acompanhada da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital mencionada no artigo 58 da Lei nº 13.303, de 2016, admitida a declaração específica emitida por meio do SICAF.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O CONTRATANTE verificará se a nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. Prazo de validade

16.5.2. Data de emissão;

16.5.3. Dados da CONTRATADA, da CONTRATANTE e do contrato de prestação de serviço firmado;

16.5.4. Descrição dos serviços contratados;

16.5.5. Período de execução dos serviços;

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 16.5.6. Valor dos serviços a pagar; e
- 16.5.7. Valores das contribuições e dos tributos devidos e eventuais destaques do valor de retenções tributáveis cabíveis.
- 16.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, sendo então o prazo para pagamento contado a partir da comprovação da regularização, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 16.7. Nos termos do item 1 do Anexo VIII-A da IN SEGES nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 16.7.1. Não produziu os resultados acordados;
- 16.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.7.3. Deixou de utilizar os materiais ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.8. Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.10. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa da CONTRATANTE, com fundamento na Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019.
- 16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES nº 5, de 2017.

Elaborador	Requisitante

- 16.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a CONTRATANTE realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA exigidas em edital.
- 16.12.1. Constatando-se situação de irregularidade, a CONTRATADA será notificada, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo este prazo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da CONTRATANTE;
- 16.12.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 16.12.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- 16.12.4. Havendo a efetiva prestação dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.13. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.
- 16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.15.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

16.15.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.15.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.16. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga à título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987, na forma estabelecida na Orientação Normativa SLTI nº 3, de 10 de setembro de 2014.

16.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano. Fica convencionado que o encargo moratório devido pela CONTRATANTE entre a data prevista e a do efetivo pagamento será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = encargo moratório;

Tx = taxa anual correspondente a 6%;

N = número de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga pelo serviço.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Elaborador	Requisitante

17. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

17.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.3.1. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

17.3.1.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

17.3.1.1.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

17.3.1.1.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

17.3.1.1.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

17.3.1.1.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

17.4.1. 13º (décimo terceiro) salário;

17.4.2. Férias e um terço constitucional de férias;

17.4.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

17.4.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.4.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Elaborador	Requisitante

- 17.5. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 17.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 17.7. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 17.8. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 17.8.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 17.8.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 17.8.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 17.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença

Elaborador	Requisitante

do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

- 18.1. Visando a adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA, o valor da contratação será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da IN SEGES nº 5, de 2017.
- 18.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos da CONTRATADA que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.
- 18.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 18.3.1. Para os custos referentes aos empregados, vinculados à data-base da categoria profissional a partir dos efeitos financeiros do ACT, CCT ou DCT, vigente na data limite final para apresentação da proposta na licitação, relativos a cada categoria profissional abrangida pela contratação;
- 18.3.2. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (diárias e deslocamentos), a partir da data limite final para apresentação da proposta na licitação constante no Edital.
- 18.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação, considerada a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 18.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao ACT, CCT ou DCT que fixar os novos custos referentes aos empregados das categorias profissionais abrangidas pela contratação ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 18.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação e, nesta situação, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 18.6.1. Da vigência do ACT, CCT ou DCT anterior, em relação aos custos referentes aos empregados;
- 18.6.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos e custos da proposta que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 18.6.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da data limite final para apresentação da proposta na licitação, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 18.7. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo ACT, CCT ou DCT ou, ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 18.8. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os ACT, CCT ou DCT das categorias envolvidas na contratação.
- 18.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, ACT, CCT ou DCT.
- 18.10. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente

Elaborador	Requisitante

se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5/2017, observado do entendimento do PARECER nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

18.11. Quando a repactuação se referir aos custos de mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de planilha de custos e formação de preços, acompanhada da apresentação do novo ACT, CCT ou DCT das categorias profissionais abrangidas pela contratação.

18.12. Quando se tratar de custos sujeitos à variação dos preços de mercado, o reajuste corresponderá à variação do IPCA -Índice preço ao consumidor amplo, apurado desde a data limite final para apresentação da proposta na licitação ou, não sendo o primeiro, da data de vigência do último reajuste, e a data do reajustamento pretendido, tendo como base a fórmula disposta no artigo 5º do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994:

$$R = V (I - I^o) / I^o$$

onde:

R = valor do reajuste;

V = valor correspondente à parcela a ser reajustada;

Iº = índice correspondente à data limite final para apresentação da proposta na licitação;

I = índice relativo à data do reajuste.

18.12.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 18.12.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos referentes às viagens, será obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.12.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.12.4. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 18.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 18.13.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 18.13.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 18.13.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de ACT, CCT ou DCT, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 18.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 18.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos, ficando suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 18.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos

Elaborador	Requisitante

18.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.18. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea "k" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES nº 5, de 2017.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do artigo 70 da Lei nº 13.303, de 2016, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias corridos após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato

19.2. A garantia é obrigatória para contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, nos termos do artigo 8º, do decreto nº 9.507/2018.

19.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Termo de Contrato.

19.6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES nº 5, de 2017.

Elaborador	Requisitante

- 19.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 19.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 19.7.2. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 19.7.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
 - 19.7.4. Obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.
- 19.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria, especialmente as disposições da Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013 e Circular SUSEP nº 577, de 26 de setembro de 2018.
- 19.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.
- 19.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 19.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 da Lei nº 10.406, de 2002.
- 19.12. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 19.14. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

- 19.15. Será considerada extinta a garantia:
- 19.15.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.15.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES nº 5, de 2017.
- 19.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 19.17. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.
- 19.18. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA cumpriu todas as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas e suas repercussões previdenciárias e sociais, inclusive FGTS, conforme estabelecido no inciso VI do artigo 8º do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 19.18.1. Também poderá haver liberação da garantia se a CONTRATADA comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 19.19. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos empregados vinculados ao contrato no caso da não comprovação:
- 19.19.1. Do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou

Elaborador	Requisitante

19.19.2. Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do subitem 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES nº 5, de 2017.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. Cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas como faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

i. 0,1% até 0,2% por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias corridos. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

ii. 0,1% até 10% sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

Elaborador	Requisitante

iii. 0,1% até 15% sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

iv. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato;

v. 0,07% do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia, seja para reforço ou por ocasião de prorrogação, observado o máximo de 2%, podendo o CONTRATANTE promover a rescisão do contrato no caso de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos.

vi. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

20.2.4. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. As sanções previstas nos itens 20.2.1, 20.2.3 e 20.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as sanções de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.3. Também ficam sujeitas à penalidade do artigo 83, inciso III, da Lei nº 13.303, de 2016, as empresas ou profissionais que:

20.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Elaborador	Requisitante

- 20.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União ou deduzidos da garantia ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União - DAU e cobrados judicialmente.
- 20.5.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a União ou a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 da Lei nº 10.406, de 2002.
- 20.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.11. As penalidades poderão ser registradas no SICAF.

Elaborador	Requisitante

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela empresa a ser CONTRATADA, observadas as disposições dos subitens 10.6 a 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 5, de 2017, são os seguintes:
- 21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 03 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 21.3.2. Execução de serviços iguais ou semelhantes aos do objeto da licitação que exigem ou exigiram, num determinado momento, a alocação de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade de empregados estimada neste TR.
- 21.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$ 9.791.835,56 (nove milhões e setecentos e noventa e um mil e oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).
- 21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 22.1. O custo máximo admitido pela administração para esta contratação é de R\$ 9.791.835,56 (nove milhões e setecentos e noventa e um mil e oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).
- 22.1.1. O valor indicado acima é composto pelo custo total da mão de obra, estimado em R\$ 9.658.471,50 (nove milhões e seiscentos e cinquenta e oito

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante

mil e quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta centavos) e pelo custo total das viagens, estimado em R\$ 133.344,06 (cento e trinta e três mil e trezentos e quarenta e quatro reais e seis centavos).

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 23.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021 e posteriores no limite da duração do contrato.

24. ANEXOS

- 24.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:
- 24.1.1. Anexo A – Detalhamento de perfil profissional para apoio técnico ao CTP da DDNM – DDNM 1 ao 10 (Quadro 1 ao 10);

São Paulo, de de

1T (EN) LEANDRO MACIEL RODRIGUES
Ajudante da Sessão de Desenvolvimento de
Novos Negócios
Elaborador

CC(EN) RUBENS ALBERTO DE OLIVEIRA FILHO
Chefe do Departamento de Gestão de
Projeto
Requisitante

RICARDO SANTANA SOARES
Coordenador Administrativo do Projeto AMAZUL

PSCF nº 08/2020 – Objeto: “Contratação de empresa pela Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, para prestação de serviço de apoio técnico de engenharia, com cessão de mão de obra, em dedicação exclusiva, para as atividades de desenvolvimento do Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear – SN-BR”, observadas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos”. NUP: 61985.000729/2020-96. AGU Julho/2020.

Elaborador	Requisitante